

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LORENA PASSOS CAMARGO SALES

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O PAPEL DA
FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DE PROFESSORES**

Goiânia-GO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) eo(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Lorena Passos Camargo Sales

Título do trabalho: Educação alimentar e nutricional: o papel da formação continuada e permanente de professores

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Vieira Santos, Professora do Magistério Superior**, em 02/02/2023, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Passos Camargo Sales, Discente**, em 07/02/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3495566** e o código CRC **8D9BB08F**.

LORENA PASSOS CAMARGO SALES

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O PAPEL DA
FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DE PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Goiás como requisito para finalização do curso de
Pedagogia.

Profa. Orientadora: Dra. Soraya Vieira Santos

Goiânia-GO
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática
do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sales, Lorena Passos Camargo

Educação alimentar e nutricional: o papel da formação continuada e
permanente de professores [manuscrito] / Lorena Passos Camargo
Sales. - 2023.

48 f.

Orientador: Profa. Dra. Soraya Vieira Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia,
2023.

Bibliografia. Anexos.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Formação Continuada. 3.
Formação Permanente. 4. Formação de Professores. 5. Alimentação
Escolar. I. Santos, Soraya Vieira , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 2023 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Educação alimentar e nutricional: o papel da formação continuada e permanente de professores”, de autoria de Lorena Passos Camargo Sales, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Soraya Vieira Santos - orientadora FE/UFG com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: prof. Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araújo - FE/UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Michell Pedruzzi Mendes Araújo, Professor do Magistério Superior**, em 03/02/2023, às 00:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Vieira Santos, Professora do Magistério Superior**, em 07/02/2023, às 23:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3495409** e o código CRC **1CAEB353**.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu Salvador e meu Rei, ao qual desejo honrar e servir com amor e gratidão todos os dias da minha vida; e ao meu marido precioso, que se dedica com todas suas forças à nossa família e que com amor e sabedoria dela cuida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Senhor Jesus que tem me sustentado com amor, me fortalecido e consolado ao longo de todo o curso de Pedagogia, anos que estiveram entre os mais difíceis da minha vida. Nunca estive em um ambiente tão totalitário e opressivo, que não tolera mentes livres, abafando todo e qualquer pensamento que não se conforme à forma marxista com a qual os alunos são moldados do início ao fim do curso. Desejo de todo o coração que esse ambiente mude e se torne realmente um ambiente plural, que favoreça a liberdade de expressão e a diversidade de concepções pedagógicas.

Agradeço ao meu marido, meus pais e minha irmã que com carinho e amor me fortaleciam e encorajavam diariamente não me deixando desistir a cada semestre.

Agradeço à minha orientadora Dra. Soraya Vieira Santos, que me orientou com toda paciência, doçura e discernimento, sendo um exemplo para mim de como deve ser a relação professor-aluno. Se não fosse por sua orientação não teria conseguido finalmente encerrar essa etapa da minha vida.

RESUMO

Este trabalho, com uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, realizou um estudo bibliográfico com o objetivo de analisar publicações de artigos científicos que fizessem referência à temática de formação continuada e permanente no contexto da Educação Alimentar e Nutricional/EAN. A busca de artigos a partir desta temática foi realizada na plataforma Google Acadêmico, limitada ao período entre 2021 e 2022. Dos 242 artigos encontrados, 13 foram selecionados para análise. Os resultados encontrados nos artigos selecionados evidenciaram a importância da formação continuada e permanente de professores em EAN para o desenvolvimento de ações realmente significativas no ambiente escolar. O estudo mostrou que a formação inicial de professores não é suficiente para capacitar os docentes a trabalhar de forma consistente com a EAN. Assim, os artigos analisados indicam que as formações continuadas e permanentes contribuíram significativamente para que professores obtivessem maior domínio sobre os aspectos que envolvem a temática de EAN e aplicassem de forma mais consistente esses conhecimentos em sala de aula. Concluímos que é necessário fomentar discussões sobre a formação continuada e permanente de professores em EAN, ressaltando as orientações da LDB e do PNAE referentes a essa temática, a fim de promover práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Formação Continuada. Formação Permanente. Formação de Professores. Alimentação Escolar.

ABSTRACT

In this paper, a literature review was carried out, with a qualitative approach of an exploratory nature, which aimed to analyze publications of scientific articles found on the Google Scholar platform in the period between 2021 and 2022, referring to the theme of continuing and permanent training in the context of Food and Nutrition Education (FNE). The results showed the importance of continuous and permanent teacher training in FNE for the development of really significant FNE actions in the school environment. It was observed that initial teacher training is not enough to enable teachers to work consistently with the FNE. It was found that continuing and permanent training contributed significantly to teachers gaining greater mastery over aspects involving the FNE theme and applying this knowledge more consistently in the classroom. We conclude that it is necessary to encourage discussions on the continuing and permanent training of teachers in FNE, emphasizing the guidelines of the LDB and the PNAE regarding this topic, in order to promote healthier eating practices in the school environment.

Keywords: Food and Nutrition Education. Continuing Training. Ongoing Training. Teacher training. School Nutrition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA.....	10
2.1	PNAE, MARCO E EAN: HISTÓRICO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	10
2.2	FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DE PROFESSORES EM EAN.....	21
3	CAPÍTULO II - O TEMA NA LITERATURA ACADÊMICA.....	25
3.1	UMA VISÃO GERAL DOS ARTIGOS ACADÊMICOS.....	28
3.2	A ABORDAGEM METODOLÓGICA E OS CONTEÚDOS PREDOMINANTES NOS ARTIGOS.....	30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERENCIAS.....	41
	ANEXOS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Uma alimentação saudável na infância é sinônimo de um crescimento e desenvolvimento com mais saúde e conseqüentemente melhor qualidade de vida. É na infância, com a família, que se inicia o desenvolvimento dos hábitos alimentares primários. Entretanto, a partir do momento em que a criança ingressa na creche ou na escola, estas representam uma significativa influência na formação desses hábitos, que por sua vez trarão tanto um impacto imediato para o desenvolvimento infantil, como conseqüências importantes para a fase adulta.

O Direito Humano a uma Alimentação Adequada (DHAA) é um direito básico, garantido pela Constituição Brasileira, sendo dever do Estado prover os meios necessários para o cumprimento desse direito (BRASIL, 2019a). A partir dessa perspectiva o Governo Federal financia, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como finalidade “contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial e a formação de hábitos alimentares saudáveis nos estudantes, por meio do fornecimento de alimentação adequada e saudável durante o período letivo” e através de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), perpassando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2022).

Geralmente é na creche ou na escola que tanto a criança como os professores passam a maior parte do seu dia. Sendo assim, a creche e a escola constituem um ambiente propício para a promoção de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2022), que se dá através da oferta de uma alimentação saudável e da promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, EAN “é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”. (BRASIL, 2012, p. 23). Sua prática deve fundamentar-se na utilização de recursos e abordagens educacionais que venham favorecer a comunicação tanto com indivíduos, como com grupos de pessoas, levando em consideração todas as fases da vida, do sistema alimentar e as relações e interações que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Em 2018, a Lei Nº 13.666 altera a Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – para “incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.” (BRASIL, 2018). Assim, os professores devem incluir essa temática nos seus planejamentos. A nota técnica emitida em 2022 pelo FNDE faz recomendações a todos os atores sociais envolvidos na promoção de uma alimentação adequada no ambiente escolar,

dentre eles gestores, coordenadores pedagógicos, professores, merendeiras e agricultores familiares. Entre as recomendações aos coordenadores pedagógicos e professores está o oferecimento de subsídios técnicos e materiais que possibilitem aos professores condições e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de ações de EAN na creche ou escola (BRASIL, 2022).

Em virtude da centralidade do papel do professor no espaço escolar, é fundamental que estes profissionais atuem de forma realmente eficiente na promoção de hábitos alimentares saudáveis, fazendo-se necessário que esses tenham conhecimento na área, independente da disciplina que ministram, pois espera-se que todos trabalhem o tema “alimentação saudável” de forma transversal e transdisciplinar. Faz-se imprescindível a compreensão fundamental do seu papel na formação e na transformação de hábitos alimentares e a compreensão da sua influência social, sendo “referência de conhecimento e comportamento para os alunos.” (BEZERRA; CAPUCHINHO; PINHO, 2015, p. 121).

Entretanto, o curso inicial de formação de professores não é suficiente para dar os subsídios necessários para que os professores desempenhem essa função de forma satisfatória, segundo Bezerra, Capuchinho e Pinho (2015). Assim, as secretarias de educação ou o FNDE propõem formações para esses e outros atores sociais que atuam nas escolas e creches. Estas formações geralmente são “realizadas por equipes intersetoriais, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE).” (BEZERRA, 2018, p. 26).

Estas formações têm um caráter complementar, de “natureza permanente para aqueles que exercem suas atividades no âmbito do campo de promoção da alimentação saudável e adequada” (BEZERRA, 2018, p. 27). A EAN tem por característica a transversalidade e a transdisciplinaridade, integrando e aproximando as diversas áreas de conhecimento, visando à promoção da adesão de hábitos alimentares mais saudáveis. Assim, o que a legislação propõe não é a criação de um profissional que ministre uma disciplina de EAN, mas que todos os atores sociais, dentre eles todos os professores que atuam nas escolas e creches, sejam profissionais capazes de fazer articulação entre diferentes saberes a fim de atuar em suas áreas de conhecimento abordando de forma transversal e transdisciplinar a Educação Alimentar e Nutricional para que a escola se torne, assim, um ambiente promotor de hábitos alimentares mais saudáveis (BEZERRA, 2018).

Segundo Camozzi (2015), para que a escola se torne um ambiente realmente promotor de escolhas alimentares mais saudáveis, faz-se necessário que os professores, pais e parceiros, outros profissionais que atuem na escola, se envolvam com o intuito de construir um currículo

que contemple o tema alimentação saudável de forma transversal. Para que a escola desenvolva esse currículo e para o desenvolvimento das ações de EAN de forma mais eficaz, também é importante a atualização dos professores sobre materiais de apoio e documentos importantes que norteiam o desenvolvimento dessas ações, que se dá no âmbito da formação permanente. De acordo com Camozzi et al. (2015, p. 36):

É necessário repensar a formação do professor de nível fundamental quanto às múltiplas dimensões do ato alimentar, superando a visão centralizada nos aspectos biológicos, reavaliando as estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas, bem como a bibliografia utilizada como referência. De forma igualmente prioritária devem ser implementados programas de educação permanente [...] com isso, dar um salto do real para o possível, em busca de um currículo integrado em que os estudantes vão além dos conhecimentos desconectados, para um saber que leva à autonomia e ao resgate da cidadania. (CAMOZZI et al., 2015, p. 36).

Dessa forma este trabalho se justifica pela relevância do papel dos professores, em especial dos pedagogos, para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis nas creches e escolas. O trabalho também se justifica pela importância de se discutir a necessidade da formação continuada e permanente para se cumprir de forma adequada as exigências da legislação, haja vista as alterações da LDB, adicionando a inclusão da EAN de forma transversal no currículo escolar (BRASIL, 2018).

A escolha desse tema surgiu a partir da somatória da minha experiência anterior como Nutricionista da Alimentação Escolar, percebendo a dificuldade que os professores enfrentavam ao desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional; juntamente com minha experiência atual de formação, ao perceber que esta temática não fez parte da nossa formação de forma mais específica, somente de forma tangencial através de algumas aulas abordando alimentação saudável.

Neste contexto, este trabalho realizou uma revisão bibliográfica com o objetivo de investigar como aparece na literatura acadêmica a necessidade e o impacto da formação continuada e permanente em EAN na prática docente, bem como qual a influência que a EAN exerce na promoção de práticas alimentares mais saudáveis na escola. Para tanto, foram organizados dois capítulos, no primeiro são abordados aspectos centrais para a compreensão da temática da Educação Alimentar e Nutricional, incluindo o aspecto da legislação específica e educacional, e no segundo capítulo são apresentados os resultados do estudo bibliográfico realizado.

2 CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA

Este capítulo foi dividido em duas seções: a primeira tem como objetivo apresentar um breve histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Educação alimentar e nutricional (EAN) no Brasil, destacando conceitos e diretrizes imprescindíveis para compreensão adequada sobre o que é a EAN e seus fundamentos que devem reger as ações que serão desenvolvidas nas escolas; a segunda seção aborda conceitos e importância da formação continuada e permanente de professores para o desenvolvimento dessas ações de EAN no ambiente escolar, haja vista a alteração da LDB realizada em 2018 que visa a EAN nos currículos escolares.

2.1 PNAE, MARCO E EAN: HISTÓRICO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de acordo com o FNDE, é mundialmente conhecido como um dos melhores programas de alimentação escolar existentes, sendo ainda o único programa que apresenta um atendimento universalizado (BRASIL, 2017a). Este programa é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que garante o repasse de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, suplementando os recursos de cada instância para o fornecimento de uma alimentação adequada aos alunos da rede pública de ensino, visando suprir as necessidades nutricionais de todos os estudantes da Educação Básica, em qualquer de suas etapas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, além da modalidade da educação de jovens e adultos (EJA) (BRASIL, 2017a).

O PNAE tem como principais objetivos fornecer refeições aos alunos que supram suas necessidades nutricionais durante o período escolar, contribuir para o crescimento biopsicossocial dos alunos, bem como para o seu rendimento escolar, para o desenvolvimento da aprendizagem, além de estimular a adoção de práticas alimentares mais saudáveis através das ações de EAN (BRASIL, 2009).

De maneira geral o PNAE se estrutura da seguinte maneira: o FNDE repassa os recursos para os estados e municípios, em caráter suplementar. Tanto os governos do estado quanto dos municípios devem utilizar esses recursos, obrigatoriamente, na aquisição de alimentos para a alimentação escolar. Pelo menos 30% desses recursos devem ser destinados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Esta é composta por pequenos agricultores que possuem pequenas produções ou cooperativas de pequenos produtores em todo o país. Os governos estaduais e municípios devem então complementar os recursos financeiros próprios

para prover uma alimentação de qualidade, arcando com as demais despesas da alimentação escolar. É obrigatória a contratação, por parte dos governos estaduais ou prefeituras, de nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar. Além de elaborar cardápios, cabe ao nutricionista realizar ações de educação alimentar e nutricional, podendo também promover formação de atores sociais envolvidos na alimentação escolar (dentre eles os professores) para a promoção de alimentação saudável no ambiente escolar (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2018; BRASIL, 2020).

De acordo com Carvalho e Castro (2009), para chegar a este patamar, o Brasil teve que dar alguns passos importantes. A partir da IV Conferência Nacional de Educação, quando foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, decidiu-se desenvolver um Plano Nacional de Educação, propondo ações que viessem sanar os problemas diagnosticados na década de 1930, dentre os quais estava a desnutrição infantil, que era enxergada como um problema que envolvia não somente causas fisiológicas, mas também sociais e econômicas, apontando assim para a necessidade de medidas intervencionistas voltadas à alimentação, em especial a alimentação escolar (CARVALHO; CASTRO, 2009).

Nesta época se organizou uma classe de trabalhadores urbanos, quando se estabeleceram os parques industriais. Foram promulgadas leis trabalhistas e foi definida a cesta básica de referência, apontando para a fome e as desigualdades no país (SILVA, 2019). De acordo com a linha do tempo presente no Marco de EAN em anexo na Figura 1, o interesse pela EAN surge neste período. As ações de EAN se voltavam, na época, para os trabalhadores e suas respectivas famílias, entretanto era desenvolvida “a partir de uma abordagem atualmente avaliada como preconceituosa, ao pretender ensiná-los a se alimentar corretamente segundo um parâmetro descontextualizado e estritamente biológico.” (BRASIL, 2012, p.16). Eram realizadas ações que visavam à introdução de alimentos que não eram comumente consumidos pelos trabalhadores, sem levar em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos. Havia então uma agente chamada de “visitadora de alimentação” que, de forma considerada invasiva pelas camadas mais pobres que eram alvo das ações, ensinava práticas alimentares de acordo com o que era preconizado pela Educação em Saúde da época (BRASIL, 2012).

Na década de 1940, criou-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), no âmbito federal, com o objetivo de “estudar e propor normas da política nacional de alimentação [...] acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação; [...] estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas.” (VASCONCELOS, 2005, p. 442). Somente nos anos 1950 passa-se a pensar a alimentação escolar como um programa de responsabilidade pública, com a criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN),

chamado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil.” É com ele que se estrutura, pela primeira vez, um programa de alimentação escolar em âmbito nacional (BRASIL, 2017a).

No ano de 1955 o Programa Nacional de Alimentação Escolar é criado, inicialmente com o nome de Campanha de Merenda Escolar, sendo considerada a política pública de segurança alimentar e nutricional mais antiga do país (BRASIL, 2017b, n.p). Em 1956, ampliou-se o atendimento para âmbito nacional, passando a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). Posteriormente, em 1979, o financiamento da CNME passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2017a).

Segundo Santos (2005a), neste período entre 1940 até 1960, a EAN estava associada às cruzadas que visavam à introdução de alimentos novos e a práticas de educação que objetivavam a mudança do comportamento alimentar da população da época. Já em 1970, mudou-se o binômio alimentação-educação para o alimentação-renda, desenvolvendo políticas públicas que demonstraram que o principal obstáculo para uma alimentação saudável seria a renda, sendo a população de baixa renda a mais propensa à insegurança alimentar, uma vez que é neste espectro da população que se percebem as maiores taxas de desnutrição ou obesidade (SILVA, 2022). Neste mesmo período, devido à expansão do plantio de soja, as ações de EAN eram voltadas ao consumo desse alimento e seus derivados. Esse tipo de ação teve um interesse econômico, buscando escoar parte da produção em excesso. Entretanto, essa ação não obteve bons resultados, haja vista que desconsiderava os aspectos culturais, valorizando somente o aspecto nutricional dos alimentos. Assim, essa prática foi um exemplo de algo a ser descontinuado no Brasil (BRASIL, 2012).

Esse tipo de utilização da EAN trouxe uma desqualificação quanto ao seu papel e importância. Assim, até meados dos anos 1980, a EAN não foi valorizada como estratégia de política pública. Contudo, com o aumento da quantidade de evidências que indicavam a relação entre alimentação e desenvolvimento de doenças crônicas, a EAN começa a ser considerada como uma importante estratégia de formação e promoção de hábitos alimentares mais saudáveis. Nesta mesma época, a Organização Mundial de Saúde passava por um processo de “renovação da Promoção em Saúde”. Simultaneamente, no Brasil, a Educação em Saúde sofre grande influência de Paulo Freire, com uma “educação baseada na ação crítica, contextualizada, com relações horizontais e com valorização dos saberes e práticas populares”, alinhando-se a perspectivas que visavam à democratização e à promoção da equidade (BRASIL, 2012, p. 17).

Consolida-se então uma EAN baseada na pedagogia crítica, fundamentada em conceitos marxistas, afastando a ideia de que a EAN é neutra. Neste período foi promovida a ideia de que comer vai muito além de ingerir nutrientes. É um ato social, associado aos costumes, condutas, estando sempre envolvido por um contexto histórico e cultural (SILVA, 2022). A partir do final dessa década, os documentos oficiais brasileiros começam a utilizar o termo “promoção de práticas alimentares saudáveis”. Neste mesmo período, a EAN volta a ser foco de discussão em congressos, com “a ênfase no sujeito, na democratização do saber, na cultura, na ética e na cidadania.” (BRASIL, 2012, p.18).

Após promulgada, a Constituição de 1988 assegurava que todos os alunos de ensino fundamental teriam direito à alimentação escolar, através de um programa oferecido pelos governos federal, estadual e municipal, de caráter suplementar. Desde este período até o ano de 1993, a gestão do recurso foi centralizada, passando depois a ser descentralizada, para facilitar a utilização de produtos *in natura* da localidade, melhorando a diversidade dos cardápios e a aceitabilidade das refeições (BRASIL, 2017a). Na década de 1990, a partir das discussões sobre segurança alimentar, a alimentação passa a ser concebida como direito humano, tendo como resultado o estabelecimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999 (SILVA, 2022).

Nos anos 2000 e 2001 ocorre a implementação do Programa Fome Zero. Em sua proposta original, a EAN era contemplada em duas frentes de trabalho: uma delas foi o desenvolvimento de campanhas de publicidade visando ao consumo de alimentos, havendo também uma demanda para a introdução de EAN nos currículos de escolas de 1º grau; a segunda ação foi a criação de uma Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos Industrializados, a fim de controlar a publicidade desses alimentos e sua rotulagem. Neste mesmo período ocorre uma conquista importante no âmbito do PNAE, que é a instituição do CAE – Conselho da Alimentação Escolar, órgão deliberativo que tem como fim assessorar e fiscalizar a execução do Programa. Ele é formado a partir da união de vários atores sociais: trabalhadores da educação, representantes de entidades civis, discentes, pais de alunos e integrantes que representam o poder executivo (BRASIL, 2017a).

No ano de 2003, houve um aumento significativo de ações de EAN dos “restaurantes populares, dos bancos de alimentos, das equipes de atenção básica de saúde, e na requalificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).” (BRASIL, 2012, p. 19). Em 2006, a partir da Portaria Interministerial 1.010/2006, foram estabelecidas diretrizes para promover a alimentação saudável no ambiente escolar, reforçando a prática de EAN no PNAE (SILVA, 2022). Nesta mesma época é

estabelecida uma parceria entre o FNDE e Universidades Federais, resultando na abertura de Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes por todo o país. Estes Centros são unidades de referência e suporte, criadas a fim de desenvolver projetos e ações que colaborem com o PNAE na melhoria e execução do Programa, através de atividades de extensão, pesquisa e ensino, dando destaque para as ações de capacitação de atores sociais envolvidos na alimentação escolar: merendeiras, professores, agricultores familiares, CAEs, Nutricionistas (BRASIL, 2017a).

O ano de 2009 é de grande importância, pois neste período foi sancionada a Lei nº 11.947, de 16 de junho, que traz as seguintes diretrizes para a alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; **II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;** III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, n/p, grifo nosso).

É possível perceber um aperfeiçoamento na concepção de EAN e na forma como ela é proposta nos materiais produzidos pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) na sua última versão em 2012, se comparada à sua primeira versão em 1999. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), por sua vez, prevê ações permanentes de EAN nas suas diretrizes. Estas diretrizes têm seu detalhamento no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em que foram definidas metas relacionadas à EAN para o período de 2012-2015 (BRASIL, 2012). Este plano visa fomentar:

[...] a formação de hábitos alimentares saudáveis cujos objetivos são: (1) assegurar processos permanentes de EAN e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais, dos diferentes povos e etnias, na perspectiva da SAN e da garantia do DHAA; (2) estruturar, divulgar e integrar as ações de EAN nas redes institucionais de serviços públicos e mídia institucional, de modo a estimular a autonomia do sujeito para a produção e para as práticas alimentares adequadas e saudáveis; (3) promover as ações de EAN no ambiente escolar e fortalecer a gestão, a execução e o controle social do PNAE, articulados junto ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional; e, (4) estimular a sociedade civil organizada a atuar nos componentes da alimentação, da nutrição e do consumo saudável. Os outros dois objetivos desta diretriz relacionam-se com a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação para a SAN, da cultura e da educação em direitos humanos, em especial o DHAA. (BRASIL, 2012, p. 20).

No ano de 2012 foi elaborado um importante instrumento de promoção e fundamentação da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil: o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, que “tem o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública”, contemplando vários setores envolvidos na produção, distribuição e consumo de alimentos (BRASIL, 2012, p. 15).

O Marco surge a partir da estruturação de um grupo de trabalho formado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional, Ministério da Saúde, Ministério da Educação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Associação Brasileira de Nutrição, Conselho Federal de Nutricionistas, Universidade de Brasília: Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (BRASIL, 2012).

Desde a elaboração do Marco de Referência de EAN, surgiram várias iniciativas fundamentadas nos princípios do Marco, a fim de fomentar e fortalecer a EAN em diversas áreas: saúde, assistência social e educação. “Os desafios da EAN estão além do fortalecimento de sua agenda pública, mas também Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional da valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, do fortalecimento de hábitos regionais, da redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável.” (BRASIL, 2018, p.11). O Marco objetiva promover um campo comum de “reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública”, contemplando diversos setores da sociedade (BRASIL, 2012, p. 15).

A partir da influência do Marco de Referência de EAN, foi publicada a Resolução FNDE nº 26 em 2013, que dava destaque à EAN, um dos eixos já abordados, mas que a partir dessa resolução ganha maior relevância no Programa. Neste mesmo ano, foram incluídos os alunos de Atendimento Educacional Especializado – AEE, alunos em tempo integral e jovens e adultos em atendimento semipresencial, indo ao encontro de Políticas Públicas de “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, do Plano Nacional de Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT).” (BRASIL, 2017a, n.p). A resolução mais completa e atual é a Nº 06, de agosto de 2020. As demais resoluções até o ano de 2022 apontam para alterações em recursos financeiros, agricultura familiar e valores nutricionais por faixa etária ou dão orientações referentes ao período pandêmico.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas é o documento referência para a conceituação, fomento e fortalecimento das ações de educação alimentar e nutricional em vários setores da sociedade: assistência social, saúde e educação.

A partir de uma compreensão mais holística e construída através de grupos de trabalho e congressos, o documento traz a seguinte definição de EAN:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012, p. 23).

O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas traz um conceito de EAN que implicitamente remete a outros dois conceitos importantes: o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada e o de Segurança Alimentar e Nutricional, que deixam claro a finalidade última da EAN: “promover e proteger a alimentação adequada e saudável.” (BRASIL, 2018, p. 12). De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (2006), em seu artigo terceiro:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo

como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, n.p).

De acordo com a 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, o Direito Humano à Alimentação Adequada é:

[...] o direito de cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para obter estes alimentos, sem comprometer os recursos para obter outros direitos fundamentais, como saúde e educação. O direito humano à alimentação adequada significa tanto que as pessoas estão livres da fome e da desnutrição, mas também têm acesso a uma alimentação adequada e saudável. Este direito humano, fundamental e social está previsto nos artigos 6º e 227º da Constituição Federal, definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como no artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e outros instrumentos jurídicos internacionais. Deste modo, é uma norma jurídica autoaplicável, isto é, de aplicação imediata, de forma progressiva e contínua. A inserção do DHAA no artigo 6º da Constituição Federal reforça as condições para a sua exigibilidade. (BRASIL, 2011, n.p).

Outro documento importante que traz definições de EAN é a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que considera a EAN como:

“[...] o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2020, n.p).

O Marco estabelece nove princípios orientadores para o desenvolvimento dessas ações de EAN:

QUADRO 1 – Princípios para o desenvolvimento de ações de EAN

<p><i>I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica</i></p>	<p>A “EAN quando promove a alimentação saudável refere-se à satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos e populações, no curto e no longo prazo, que não implique o sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis e que envolva relações econômicas e sociais estabelecidas a partir dos parâmetros da ética, da justiça, da equidade e da soberania.” (BRASIL, 2012, p. 24).</p>
<p><i>II. Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade</i></p>	<p>Neste contexto o sistema alimentar é compreendido como um processo que engloba desde o acesso à terra, água, meios de produção, como também as formas de processar, distribuir e comercializar o alimento. Também inclui a escolha como o consumo dos alimentos, levando em consideração as práticas alimentares tanto individuais como da</p>

	<p>coletividade, inclusive a destinação dos resíduos produzidos. Assim, “as ações de EAN precisam abranger temas e estratégias relacionadas a todas estas dimensões de maneira a contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscientes, mas também que estas escolhas possam, por sua vez, interferir nas etapas anteriores do sistema alimentar.” (BRASIL, 2012, p. 25).</p>
<p>III. <i>Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas</i></p>	<p>A alimentação do povo brasileiro é composta por diferentes manifestações regionais, sendo uma expressão do processo histórico de formação da nossa nação, baseado em um intercâmbio cultural rico e extenso. Dessa forma, as ações de EAN devem levar em consideração os aspectos culturais de cada região, valorizando as diferentes expressões da nossa cultura presente em cada região do Brasil. Deve-se contemplar desde os saberes das comunidades tradicionais, como também práticas alimentares de grupos que apresentem necessidades alimentares específicas (BRASIL, 2012).</p>
<p>IV. <i>A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória</i></p>	<p>Diversos aspectos estão envolvidos na alimentação: sensoriais, culturais, afetivos. As pessoas se alimentam não de nutrientes, mas de preparações e alimentos escolhidos, preparados de formas diferentes, com combinações de sabores, texturas, cheiro, sabor, que tem “significados e aspectos simbólicos.” (BRASIL, 2012, p.26) “Quando a EAN aborda estas múltiplas dimensões ela se aproxima da vida real das pessoas e permite o estabelecimento de vínculos, entre o processo pedagógico e as diferentes realidades e necessidades locais e familiares. Da mesma maneira, saber preparar o próprio alimento gera autonomia, permite praticar as informações técnicas e amplia o conjunto de possibilidades dos indivíduos. A prática culinária também facilita a reflexão e o exercício das dimensões sensoriais, cognitivas e simbólicas da alimentação.” (BRASIL, 2012, p.26)</p>
<p>V. <i>A Promoção do autocuidado e da autonomia</i></p>	<p>O autocuidado é uma das características de uma vida mais saudável. É a junção de várias ações dirigidas ao indivíduo ou ao ambiente com o objetivo de alcançar “seus interesses para a vida”. Essas ações de voluntárias e intencionais com a finalidade de contribuir para “a integridade estrutural, o funcionamento e o desenvolvimento humano”. As ações de EAN visam promover decisões voluntárias de autocuidado, fazendo com que os indivíduos sejam produtores da sua própria saúde. “Os principais objetivos do apoio ao autocuidado são gerar conhecimentos e habilidades às pessoas para que conheçam e identifiquem seu contexto de vida; e para que adotem, mudem e mantenham comportamentos que contribuam para a sua saúde.” (BRASIL,2012, p.25)</p>
<p>VI. <i>A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos</i></p>	<p>As práticas pedagógicas e abordagens educativas na EAN devem favorecer processos ativos, permitindo a “integração permanente entre a teoria e a prática”. Este caráter permanente é relativo à presença da EAN nas etapas da vida do indivíduo, abordando “desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e idade adulta”. Essas ações devem ampliar a autonomia do indivíduo, para que este seja capaz de analisar as circunstâncias e fazer escolhas mais saudáveis. “Neste sentido, a EAN deve ampliar a sua abordagem para além da transmissão de conhecimento e gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções e prática de alternativas.” (BRASIL, p.27,28)</p>

VII. <i>A diversidade nos cenários de prática</i>	As ações de EAN devem estar pautadas em conteúdos e estratégias que sejam desenvolvidas de forma em que as abordagens atuam de forma complementar, sistêmica e harmoniosa. “O desenvolvimento de ações e estratégias adequadas às especificidades dos cenários de práticas é fundamental para alcançar os objetivos da EAN, além de contribuir para o resultado sinérgico entre as ações” (BRASIL, 2012, p.28)
VIII. <i>Intersetorialidade</i>	“Compreende-se intersectorialidade como uma articulação dos distintos setores governamentais, de forma que se corresponsabilizem pela garantia da alimentação adequada e saudável. O processo de construção de ações intersectoriais implica a troca e a construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos com o tema, de modo que nele se torna possível produzir soluções inovadoras quanto à melhoria da qualidade da alimentação e vida.” (BRASIL, 2012, p.28).
IX. <i>Planejamento, avaliação e monitoramento das ações</i>	Essas ações devem ser planejadas, avaliadas e monitoradas. O planejamento é visto como uma etapa diagnóstica, em que os objetivos são traçados, as prioridades identificadas e levantadas quais estratégias serão necessárias para alcançar esses objetivos elencados. Neste momento devem ser desenvolvidos instrumentos de ação, rever os custos e recursos para a realização dos objetivos, bem como será necessário detalhar o plano de trabalho. O processo de planejamento, para ser mais eficiente, deverá ser um processo participativo (BRASIL, 2012).

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Brasil (2012, p. 24, 25, 26, 28).

Uma compreensão mais ampla sobre o que é uma alimentação adequada, o ato de comer, o alimento, é determinante para o desenvolvimento de ações mais assertivas e que realmente promovam práticas alimentares mais saudáveis. De acordo com a UNICEF-Brasil, alimentação adequada e saudável é aquela que supre tanto as necessidades biológicas dos indivíduos como as socioculturais, através de práticas que visem a utilização sustentável dos recursos naturais. Esta alimentação deve ser adequada para a faixa etária do indivíduo, bem como deve suprir determinadas necessidades em caso de pessoas que apresentem restrições alimentares. Além disso, a alimentação deve estar em sintonia com os aspectos culturais, de raça, sexo ou etnia, bem como deve ser acessível financeira e fisicamente, sendo em quantidade e em qualidade adequadas (BRASIL, 2019c).

Segundo Santos (2007, p. 15) a alimentação, a partir de um ponto de vista histórico e antropológico, “se verifica no cruzamento do biológico com o cultural e o histórico, do social e do político, da economia e das tecnologias”. O alimento é visto como uma categoria histórica, não somente como um alimento. Se alimentar é um ato de natureza nutricional, já o ato de comer é um ato social, ligado aos usos e costumes (SANTOS, 2005b).

O Marco, que orienta as ações de EAN foi elaborado levando em consideração as orientações sobre alimentação adequada contidas no Guia Alimentar Para a População Brasileira (GAPB), elaborado em 2006, que trazia diretrizes oficiais para a população referentes à uma alimentação adequada e saudável. Entretanto, com mudanças sociais que ocorreram no

decorrer do tempo, tornaram-se outras as condições de saúde e alimentação da sociedade, fazendo-se necessária uma reformulação do Guia a fim de atender essas novas demandas, dando origem à sua segunda edição em 2014. Esse Guia, assim como o Marco, é considerado instrumento de apoio para o desenvolvimento de ações de EAN (BRASIL, 2014a). No que concerne às orientações para crianças menores de dois anos, deve-se considerar tanto o Guia Alimentar Para a População Brasileira como o Guia Alimentar Para Crianças Brasileiras Menores De 2 Anos (BRASIL, 2019a).

O Guia Alimentar para a População Brasileira estabelece cinco princípios que norteiam sua elaboração e que serão fundamento para as recomendações propostas para a população, levando em consideração “os nutrientes, alimentos, combinações de alimentos, refeições e dimensões culturais e sociais das práticas alimentares.” (BRASIL, 2014a, p. 12).

Os 5 princípios são os seguintes: *Alimentação é mais que ingestão de nutrientes*, apontando para a ideia de que se alimentar é mais do que somente ingerir nutrientes, envolvendo a forma de preparo, como o alimento é comido e as práticas sociais envolvidas; *Recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo*, levando em consideração as condições de saúde da população e o cenário da alimentação naquele tempo; *Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável*, considerando a forma de produção e distribuição dos alimentos e seu impacto social e ambiental; *Diferentes saberes geram o conhecimento para a formulação de guias alimentares*, apontando para os vários conhecimentos que compõem as dimensões da alimentação; *Guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares*, pois o “O acesso a informações confiáveis sobre características e determinantes da alimentação adequada e saudável contribui para que pessoas, famílias e comunidades ampliem a autonomia”, podendo assim fazer escolhas alimentares mais saudáveis (BRASIL, 2014a, p. 21). No final no Guia, foram elaborados 10 passos para uma alimentação adequada e saudável, servindo de apoio para o desenvolvimento de ações que promovam hábitos alimentares mais saudáveis, bem como traz novas definições de grupos de alimentos, substituindo a Pirâmide Alimentar, como mostram as figuras 3 e 4 em anexo.

Dentre as diversas ações influenciadas pelo Marco está a alteração realizada na LDB no ano de 2018, inserindo de forma transversal a EAN no currículo escolar, devendo ser considerada pelas secretarias e escolas na elaboração de ações que contemplem este tema, que deve ser trabalhado de forma transdisciplinar (BRASIL, 2018a). Essa alteração foi um importante avanço para a promoção de uma alimentação saudável no ambiente escolar.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DE PROFESSORES EM EAN

Segundo a LDB, em seu artigo 21, a educação escolar corresponde à Educação Básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e pelo ensino superior (BRASIL, 1996). Além disso, considera o currículo como um processo de ensino que não serve somente para divulgar conteúdos, mas é considerada uma importante ferramenta na formação de um cidadão crítico, um sujeito que participa ativamente no meio onde vive (SILVA, 2022).

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) surgiram os seguintes conteúdos transversais: direitos humanos e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e a educação alimentar e nutricional, que foi incluída somente em 2018 (BRASIL, 2019b). Estes temas transversais, em especial a EAN, são previstos para a Educação Básica, assim, como indica o documento “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos” (2019b) :

[...] considerados como conteúdos a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. Ademais, a BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2019b, p. 15).

Assim, através da Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o alimentação escolar e o atendimento aos alunos da Educação Básica no PNAE, o FNDE considera ser de suma importância o papel que as ações educativas de EAN exercem na escola, perpassando o currículo escolar de forma transversal, como preconizado pela LDB, desde 2018, visando a promoção de práticas alimentares mais saudáveis, garantindo a segurança alimentar dos alunos, de acordo com as orientações do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (BRASIL, 2020, n.p).

A EAN, vista como um campo de conhecimento e prática transdisciplinar “[...] se coloca como saber e prática que atravessa disciplinas”. É através desse transitar que a EAN agrega diversos saberes teóricos, articulando-os na vida real. Ela penetra as diferentes áreas de conhecimento que são mais isoladas ou especializadas. Assim, “[...] minimizando linhas divisórias artificialmente construídas pela especialização exacerbada das ciências, EAN se estabelece como um gênero de fronteira.” (BRASIL, 2018b, p. 21).

Para discutir, conceber e praticar a EAN, faz-se necessário a articulação de saberes, tanto de alimentação e nutrição, educação, história, cultura, saberes populares, gastronomia, sustentabilidade etc. Isso significa que se faz necessário o intercâmbio entre os vários atores sociais envolvidos na alimentação escolar (nutricionistas, merendeiras, professores, coordenadores e diretores escolares), bem como a interação entre Secretarias dos Municípios, Estados, FNDE, Cecanes, Conselhos de Alimentação Escolar e Sociedade. Assim, para trabalhar a EAN, é necessário um esforço conjunto e articulado de atores sociais e setores da sociedade (BRASIL, 2018b; BRASIL, 2012).

De acordo com Silva 2022:

[...] para promover hábitos saudáveis no dia a dia dos alunos, os professores também devem possuir conhecimentos e habilidades que permitam a adesão a uma alimentação saudável, devendo sempre tentar incorporar tais conhecimentos em sua prática docente. Esse conhecimento deve ser estruturado horizontalmente no ambiente escolar (por meio de outras disciplinas do currículo) para garantir a sustentabilidade das atividades dentro e fora da sala de aula. (SILVA, 2022, p. 10).

Sendo assim, para o desenvolvimento adequado de ações de EAN, os professores devem ser profissionais capazes de compreender e relacionar os diversos saberes envolvidos na promoção de hábitos alimentares mais saudáveis na escola. O documento “Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes” cita as pesquisas de Edgar Morin, que faz crítica à fragmentação dos saberes:

Na perspectiva da teoria da complexidade apresentada por Edgar Morin, o pesquisador policompetente é aquele que, diante de problemas complexos, que não se resolvem no âmbito dos estudos disciplinares, consegue articular diferentes saberes de forma organizadora ou estrutural, fazendo emergir a compreensão da unidade daquilo que estava dividido. Ele reconhece a relevância das disciplinas para a compreensão de diferentes aspectos de uma realidade complexa. Entretanto, deve reconhecer também que, entre as disciplinas, existem ligações de solidariedade, que as conectam a uma totalidade; que são complementares e não antagônicas no esforço maior de compreensão do homem e de seu mundo. (BRASIL, 2018b, p. 103).

Como o desenvolvimento do trabalho em EAN é de natureza intersetorial e multidisciplinar, tornam-se necessárias formações específicas na área para todos os profissionais envolvidos no PNAE, inclusive o professor, pois até mesmo os nutricionistas não possuem uma formação inicial tão consistente neste campo (BRASIL, 2018b).

Dessa forma, os profissionais da comunidade escolar necessitam de formação continuada e permanente para o desenvolvimento dessas ações. No que tange à formação continuada é entendida como:

[...] o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional [...] fazem parte das práticas de formação continuada aquelas ações de acompanhamento das equipes das escolas promovidas pelas Secretarias de Educação, visando apresentar diretrizes gerais de trabalho, oferecer assistência técnica especializada ou programas de atualização e aprimoramento profissional (LIBÂNEO, 2018, p. 187,189).

Entretanto, há o perigo desses cursos de aperfeiçoamento não terem uma repercussão tão satisfatória na prática cotidiana, pois dissociam teoria e prática. Freire aponta para a importância de uma educação, além de continuada, permanente. De acordo com Freire (1993), a educação permanente se fundamenta em dois eixos: o primeiro diz respeito à consciência de finitude do ser humano.

A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1993, p. 22-23).

O segundo eixo, por sua vez, remete à *práxis*, que ressalta o caráter indissociável entre teoria e prática, pois ambos são interdependentes. Assim, a educação permanente envolve tanto a compreensão da finitude do ser humano, do professor, que se percebe necessitando sempre de formação no decorrer da vida, compreendendo que essa formação permanente ocorre através da reflexão em relação às práticas à luz de uma teoria e dos fundamentos que esta propõe. Para Imbernón (2011, p. 15), a formação apresenta “[...]um papel que transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma em possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação [...]”.

Saul, por sua vez, estabelece princípios que devem nortear a formação permanente de professores:

a) o educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la; b) a formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano; c) a formação do educador deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz;

d) a prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento, ou seja, de como se dá o processo de conhecer; e) o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular; f) os eixos básicos do programa de formação de educadores precisam atender à fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica, à necessidade de suprir elementos de formação básica aos educadores e à apropriação, pelos educadores, dos avanços científicos do conhecimento humano que possa contribuir para a qualidade da escola que se quer. (SAUL, 1993, p. 64).

No âmbito do PNAE essas formações são realizadas pelas secretarias de educação em parceria com os Cecanes ou com o próprio FNDE, sendo destinada aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores, merendeiras, nutricionistas e agricultores familiares.

Não se trata de uma formação inicial e exclusiva de profissionais em EAN, porém de ações formativas complementares de natureza permanente para aqueles que exercem suas atividades no âmbito do campo de promoção da alimentação saudável e adequada. [...] Não há intenção de formar uma nova disciplina acadêmica e/ou escolar nem de criar uma profissão específica de educador em EAN, mas de formar um profissional policompetente. (BRASIL, 2018b, p. 27).

Na sua atuação em EAN, os professores devem se utilizar de “[...] abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”. Esta problematização visa promover uma formação crítica, que proporcione autonomia aos indivíduos. (BRASIL, 2018b, p.20).

Neste capítulo, portanto, procurou-se indicar a importância crescente da EAN em vista das alterações legislativas da LDB e em documentos do PNAE nos últimos anos, fazendo a inclusão da EAN nos currículos escolares, como parte importante do processo de ensino-aprendizagem. Este capítulo também evidenciou que o papel do professor nesse cenário desenhado pela legislação é essencial, sendo necessário, por isso, investir na formação continuada e permanente desses atores sociais. A seguir, este trabalho continuará a abordar a importância da formação continuada e permanente de professores para o desenvolvimento de ações de EAN, com a análise da temática na literatura acadêmica.

3 CAPÍTULO II - O TEMA NA LITERATURA ACADÊMICA

Nas ciências humanas a pesquisa qualitativa tem representado um papel relevante pois, segundo Minayo (1994, p.21), este tipo de pesquisa se preocupa “com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Englobando um “universo de significados”, fazendo uma análise mais ampla das relações, visto que trabalha levando em consideração as crenças, valores, aspirações, não somente a números e quantidades.

No que tange à definição de pesquisa bibliográfica, Prodanov e Freitas (2013, p. 54) afirmam que este tipo de pesquisa é

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV E FREITAS; 2013, p. 54).

De acordo com Lima e Mioto (2007, p.39) a pesquisa bibliográfica não se trata somente de uma simples revisão de literatura, mas sim de um levantamento não aleatório, ordenado, com procedimentos estruturados que visam “a busca por soluções, atento ao objeto de estudo”.

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa utilizando o Google Acadêmico, buscando artigos científicos publicados no período entre 2021 e 2022. A busca se limitou a artigos em português, dividida em duas buscas distintas com descritores diferentes, a fim de levantar um número maior de artigos, haja vista a escassez de artigos nesta temática. Na primeira pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "educação alimentar e nutricional"; "formação continuada"; "professor"; "escola". Foram encontrados 212 arquivos, dos quais 10 foram selecionados por serem artigos científicos e por contemplarem a temática proposta, que estão listados no Quadro 2. Na segunda busca utilizou-se as seguintes palavras-chave: "educação alimentar e nutricional"; "formação permanente"; "professor"; "escola". Foram encontrados 30 arquivos, dos quais 3 foram selecionados por serem artigos científicos e por também contemplarem a temática proposta, que estão listados no Quadro 3. No total foram selecionados 13 artigos para análise. A escolha dos artigos em ambas as pesquisas foi feita após a leitura de títulos, resumos e da leitura integral dos textos.

A discussão deste trabalho foi dividida em duas partes. Na primeira parte buscou-se apresentar uma visão geral dos artigos, a partir dos seus resultados e conclusões. A segunda se refere à abordagem metodológica utilizada nos artigos e uma análise dos conteúdos dos 13 artigos a partir de temas que circundam a temática de formação de professores em EAN.

QUADRO 2 – Artigos selecionados para análise no Google Acadêmico com os descritores "educação alimentar e nutricional"; "formação continuada"; "professor"; "escola", no período entre 2021 e 2022.

	Título do artigo	Autor	Revista	Ano
1	As perspectivas de abordagem da alimentação saudável na educação em ciências: uma revisão bibliográfica.	MEDEIROS, Luciana Pires; ROTTA, Jeane Cristina Gomes.	Anais do VII Congresso Nacional de Educação - VII CONEDU	2021
2	Revisão da Literatura sobre Aprendizagem de Professores em Hortas Escolares.	GOMES, Jeedir Rodrigues de Jesus; ALVES, José Moysés.	Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC	2021
3	Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo.	CASTRO, Mariana Almeida Viveiros de; LIMA, Grazielle Corrêa de; ARAÚJO, Gabriella Pinto Belfort.	Revista da Associação Brasileira de Nutrição- RASBRAN	2021
4	Educação e práticas agroecológicas: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB), Riacho de Santana, Bahia.	MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Arlete Ramos dos.	Revista de Educação Popular	2021
5	Implicações do Programa de Formação-Ação em Escolas Criativas na prática pedagógica de uma escola do campo.	ALMEIDA, Aline Lima da Rocha; ZWIEREWICZ, Marlene.	Interações	2021

6	Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre educação alimentar e nutricional.	SANTOS, Priscila Sousa Oliveira et al.	DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde	2021
7	Percepções de professores do ensino fundamental ii sobre os desafios para a realização de práticas interdisciplinares em educação alimentar e nutricional (ean)	LANDINHO, Flávia Martho; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini.	Tecné, Episteme y Didaxis: TED	2021
8	Cinema na formação de professores: práticas e discussões sobre saúde.	PAULETTI, Eloisa Silva; SANTOS, Eliane Gonçalves.	Revista Pedagógica	2022
9	Educação Alimentar e Nutricional: Uma temática articulada ao Currículo Escolar.	MARCHESAN, Claudia et al.	Educação, Ciência e Cultura	2022
10	Os programas constituidores da política pública educacional voltados à educação básica.	SILVA, Carla Luana da; LEAL, Rogério Gesta.	Revista de Investigações Constitucionais	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

QUADRO 3 – Artigos selecionados para análise no Google Acadêmico com os descritores "educação alimentar e nutricional"; "formação permanente"; "professor"; "escola", no período entre 2021 e 2022.

	Título do artigo	Autor	Revista	Ano
1	Educa-SAN: ações formativas em segurança alimentar e nutricional a partir de estratégias virtuais com agentes da comunidade escolar.	ARAYA, Juan Francisco Bacigalupo; CIACCHI, Erika Marafon Rodrigues	Revista Faz Ciência	2021
2	Tencionamentos e pistas às práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica a partir	REIS, Mariana Eloy dos; SOUZA, Heron Ferreira.	Research, Society and Development	2021

	das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.			
3	Atividades investigativas em um contexto de formação docente.	SANTOS, Georgianna Silva et al.	Revista Arquivos Científicos (IMMES)	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

3.1 UMA VISÃO GERAL DOS ARTIGOS ACADÊMICOS

Medeiros e Rotta (2021), em seu artigo utilizam as palavras-chave: Alimentação; Saúde; Educação em Ciências; Formação Docente. Observaram, como resultado em seu trabalho, que as abordagens que utilizam o tema “alimentação” eram focadas em atividades pedagógicas e no processo de elaboração de recursos didáticos. Concluem que não são muitos os trabalhos que visam a formação de professores nesta temática e que se faz necessário discutir mais sobre a formação de professores a fim de que suas práticas pedagógicas sejam mais consistentes. A EAN esteve presente associada à promoção de uma alimentação saudável na escola.

O artigo de Pauletti e Santos (2022), por sua vez, trata da contribuição do cinema como ferramenta na formação de professores de Ciências na discussão da temática “Saúde”. Em sua pesquisa utilizou as palavras-chave: Filmes; Educação e Saúde; Formação de Professores. Os dados da pesquisa mostram que a utilização do cinema em espaços de formação favorece o ensino-aprendizagem. A temática de EAN não foi trabalhada diretamente, mas esta deve estar presente quando se trata de Educação em Saúde.

Marchesan et al. (2022) apresentaram a EAN como eixo central de seu trabalho, abordando a temática de EAN articulada com o currículo escolar. Utilizaram as seguintes palavras-chave: Currículo; Formação Continuada; Professores; Promoção da Saúde. Em seu artigo puderam concluir que é possível acontecer uma aprendizagem significativa dos conteúdos a partir da articulação EAN-currículo escolar.

Castro, Lima e Araujo (2021) focam em seu trabalho na contribuição da EAN no combate à obesidade infantil. Utilizam as seguintes palavras-chave: Educação alimentar e nutricional; Educação alimentar; Educação Nutricional; Obesidade infantil. Em seu artigo puderam concluir que há evidências de que há associação entre práticas alimentares e o

conhecimento nutricional, destacando a importância da EAN como estratégia na promoção da saúde. Citou formação continuada de educadores infantis.

O trabalho de Landinho e Talamoni (2021) discorre sobre a percepção dos professores sobre práticas interdisciplinares de EAN, a importância e os desafios de se trabalhar a EAN em sala de aula. As palavras-chave utilizadas no artigo foram: Educação alimentar e nutricional; Interdisciplinaridade; Professores. Os resultados apontam como desafios a falta de tempo e a integração dos docentes. Observou-se também que as ações de EAN eram voltadas à transmissão de informações nutricionais em vez de fomentar uma discussão e reflexão sobre práticas alimentares mais saudáveis.

Gomes e Alves (2021), em seu artigo abordam a aprendizagem de professores em hortas escolares. A horta é uma das ações de EAN mais desenvolvidas nas escolas. Em seu trabalho puderam constatar que a horta pode ensinar e motivar tanto alunos como professores. Neste contexto os professores são desafiados a aprender novos conteúdos, rever seus conceitos sobre alimentação, desenvolver novas formas de ensinar e a utilizar outros recursos pedagógicos. As palavras-chave utilizadas no artigo foram: Horta Escolar; Práticas Pedagógicas; Formação Continuada; Aprendizagem de Professores. Tanto EAN como Formação continuada de professores estiveram presentes neste trabalho.

Moreira e Santos (2021) focam em seu trabalho na educação associada à práticas pedagógicas, utilizando as palavras-chave: Associativismo; Políticas públicas; Produção agroecológica. Em seu trabalho a EAN foi citada brevemente, não fazendo menção à formação de professores. Assim, não houve resultados ou conclusões relacionados à EAN e formação continuada.

O artigo de Almeida e Zwierewicz (2021) apresenta como eixo central a formação em escolas criativas de uma escola de campo. Utilizam em seu trabalho as palavras-chave: escola do campo; formação docente; transdisciplinaridade; e ecoformação. A EAN foi citada brevemente e a formação de professores não era focada especificamente em EAN. Assim, não se pode destacar resultados ou conclusões relacionadas à EAN e formação continuada. Um dos conceitos importantes a se destacar no artigo é a transdisciplinaridade, termo utilizado na conceituação de EAN.

Silva e Leal (2022) abordam em seu trabalho os programas relacionados às políticas públicas educacionais da educação básica. O que se pode destacar deste trabalho relacionado à formação de professores e EAN foram os programas do PNAE e o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (PRIL). Dentre os resultados deste artigo pode-se destacar a importância desses

programas na promoção de uma alimentação mais saudável no ambiente escolar, inferindo a EAN como um dos eixos de Formação Continuada. As palavras-chave utilizadas neste artigo foram: Educação básica; Política Pública; Programas; Brasil; Esfera Federal.

Santos et al. (2021) tratam sobre a percepção de nutricionistas sobre EAN. Apesar de não ter como foco principal os professores, aborda a importância da formação em EAN de todos os atores sociais associados à alimentação ligados ao PNAE. As palavras-chave utilizadas foram: Educação Alimentar e Nutricional; Alimentação Escolar; Políticas Públicas de Saúde; Nutrição em Saúde Pública; Segurança Alimentar e Nutricional.

O texto de Araya e Ciacch (2021) tem como eixo central a SAN. Foi realizado um curso em SAN e os cursistas levantaram questões importantes a fim de problematizar o empoderamento de estudantes e educadores na promoção de uma alimentação mais saudável. As palavras-chave utilizadas nesse trabalho foram: Educação a Distância; Tecnologias da Informação e das Comunicações; Educação em saúde; Segurança Alimentar e Nutricional. A EAN fez parte do desenvolvimento deste trabalho, mas não a formação de professores.

O artigo de Reis e Souza (2021) tem como foco a política de SAN e os tensionamentos envolvidos nas práticas educativas de educação profissional e tecnológica. A EAN é citada, mas não é o eixo principal do texto e a formação de professores não está contida neste trabalho. As palavras-chave utilizadas neste trabalho foram: Educação profissional; Ensino; Agroecologia; Economia solidária; Soberania alimentar.

O texto de Santos et al. (2022), por sua vez, é um trabalho focado na formação de professores de Ciências e formação continuada para a promoção de uma alimentação saudável no ambiente escolar. O texto teve como palavras-chave: Ensino de Nutrição; Formação de Professores; Atividades Diversificadas. Os resultados puderam revelar lacunas existentes no sobre a concepção dos professores sobre temas relacionados à alimentação.

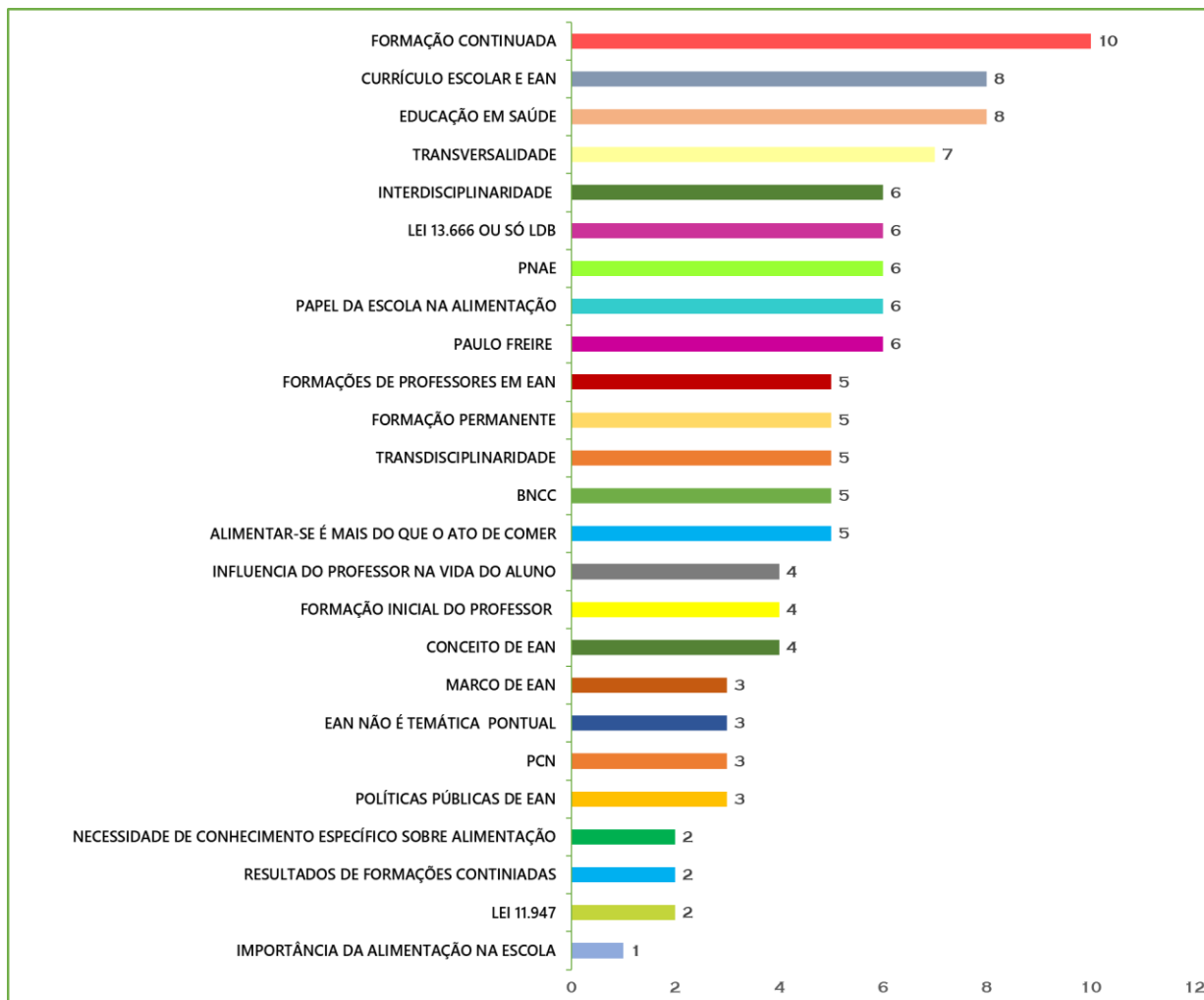
3.2 A ABORDAGEM METODOLÓGICA E OS CONTEÚDOS PREDOMINANTES NOS ARTIGOS

No que se refere à metodologia, os artigos foram analisados segundo a abordagem, os objetivos e os procedimentos. No que se refere à abordagem, os 13 artigos apresentam uma abordagem qualitativa (MEDEIROS; ROTTA, 2021, GOMES; ALVES, 2021, CASTRO; LIMA; ARAUJO, 2021, MOREIRA; SANTOS, 2021, ALMEIDA; ZWIEREWICZ, 2021, SANTOS et al., 2021, LANDINHO; TALAMONI, 2021, PAULETTI; SANTOS, 2022,

MARCHESAN, et al., 2022, SILVA; LEAL, 2022, ARAYA; CIACCHI, 2021, REIS; SOUZA, 2021, SANTOS et al., 2022). No que se refere aos procedimentos, três realizaram pesquisa de campo (SANTOS et al., 2021, ARAYA; CIACCHI, 2021, SANTOS et al., 2022), outros três realizaram revisão de literatura (GOMES; ALVES, 2021, CASTRO; LIMA; ARAUJO, 2021, PAULETTI; SANTOS, 2022), um dos artigos apresentou um relato de experiência (MOREIRA; SANTOS, 2021), um deles apresentou uma pesquisa-ação (ALMEIDA; ZWIEREWICZ, 2021), um realizou um estudo de caso (LANDINHO; TALAMONI, 2021), dois artigos realizaram uma pesquisa documental (SILVA; LEAL, 2022, REIS; SOUZA, 2021) e um artigo realizou uma pesquisa de campo associada a uma pesquisa documental (MARCHESAN, et al., 2022). No que se refere às palavras-chave, as mais prevalentes nos 13 artigos foram: Educação alimentar e nutricional, em três artigos; Formação de professores, em três artigos; Formação docente, em dois artigos; Formação continuada, em dois artigos e Segurança alimentar e nutricional, em dois artigos.

No que se refere à análise dos conteúdos, observou-se que a educação alimentar e nutricional e a formação de professores em EAN são temas que ocorrem dentro de uma rede de temas interligados e associados à alimentação, à saúde e ao desenvolvimento da EAN no ambiente escolar. Assim, nossa discussão levou em consideração tanto a EAN e a Formação Continuada e Permanente de Professores quanto pode identificar temáticas que circulam nesse contexto de formação em EAN, presentes no Quadro 5. O quadro está organizado levando em consideração a quantidade de artigos em que esses temas são contemplados; entretanto, vale ressaltar que um mesmo artigo pode ter sido contado em mais de um tema, haja vista que essas temáticas listadas no Quadro 5 não são necessariamente temas centrais dos artigos, mas podem aparecer como temas coadjuvantes, citados brevemente.

QUADRO 5 – Temáticas que circundam a EAN presentes nos 13 artigos selecionados no Google Acadêmico no período entre 2021 e 2022.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A leitura dos 13 artigos selecionados mostra a ocorrência de diferentes temáticas, como mostra o Quadro 5. A escolha desses temas se deu a partir da identificação de assuntos comuns abordados no contexto da EAN e considerados como relevantes no contexto de formação contínua e permanente em EAN. Neste sentido, uma rede de temas associada à EAN pode ser encontrada na Figura 2, em anexo. No Quadro 5, por sua vez, verifica-se que o tema mais recorrente foi “formação continuada”, seguido de “currículo escolar e EAN”. A formação continuada como tema mais prevalente era esperado, haja vista as palavras-chave utilizadas na busca pelos artigos. Entretanto, chama atenção a predominância da discussão sobre o "currículo escolar", o que indica que a EAN está intimamente ligada ao currículo, sendo um fator importante no desenvolvimento significativo da EAN no ambiente escolar. Ainda relacionadas ao currículo, com alta frequência também estão a "transversalidade" e a "interdisciplinaridade",

demonstrando que a EAN não deve ser considerada como uma atividade pontual e de uma única disciplina.

A distribuição de temáticas nos artigos revela que o tema “capacitação de professores sobre alimentação” aparece com menor frequência. E com menos prevalência entre os artigos, apareceram também os “resultados de formações continuadas” e discussões sobre a “importância da alimentação na escola”, indicando a necessidade de publicações que apresentem resultados sobre formações continuadas a fim de dar subsídios a discussões sobre sua importância em EAN. A seguir, os temas são considerados de forma um tanto mais específica.

A obesidade é um dos maiores desafios em saúde pública que o mundo tem enfrentado. Houve um aumento de 10 vezes nos casos de obesidade em crianças e adolescentes nos últimos 40 anos (CASTRO; LIMA; ARAUJO, 2021). Assim, este tem sido um dos principais problemas que fomentaram o desenvolvimento de ações de EAN no ambiente escolar. A obesidade infantil foi abordada tanto no texto de Castro, Lima e Araujo (2021) como no de Landinho e Talamoni (2021), sendo o tema principal do artigo de Castro, Lima e Araujo (2021).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) são temas intimamente ligados à EAN, estando presentes até mesmo na conceituação de EAN pelo Marco em 2012. Neste contexto, o artigo de Araya e Ciacch (2021) relata a experiência de um curso de formação em SAN visando à garantia do DHAA. O texto de Castro, Lima e Araujo (2021) citou brevemente a SAN associada à EAN no contexto da obesidade infantil. O texto de Santos et al. (2021) por sua vez fez menção da SAN no contexto do PNAE, da EAN e do currículo escolar. Marchesan, et al. (2022) cita o DHAA e a SAN no contexto da EAN. Assim também o texto de Reis e Souza (2021), que além disso aborda diretamente o conceito de SAN.

Diante da percepção do impacto que a alimentação tem na saúde das crianças, o Governo Federal tem desenvolvido políticas públicas voltadas à Alimentação Escolar (SILVA; LEAL, 2022). No que se refere a essa temática, Gomes e Alves (2021), Santos et al. (2021), Silva e Leal (2022) fazem uma breve menção da importância do desenvolvimento dessas políticas públicas com a finalidade de superar os desafios na promoção da saúde no ambiente escolar. O texto de Silva e Leal (2022), por sua vez, é um texto focado especificamente em políticas públicas desenvolvidas pelo governo, abordando o conceito de política pública e fazendo referência a programas importantes, dentre os quais está o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O PNAE, o programa federal que visa tanto à oferta de uma alimentação adequada quanto à promoção da EAN no ambiente escolar a fim de promover hábitos alimentares mais saudáveis, é citado por Medeiros e Rotta (2021), Araya e Ciacch (2021) e Castro, Lima e Araujo (2021), todos os quais somente mencionam o programa, mas não discorrem sobre ele; Moreira e Santos (2021), Santos et al. (2021), Silva e Leal (2022), por sua vez, fazem uma breve explicação sobre o que é o PNAE, seu público alvo e sua origem.

Outro programa desenvolvido pelo governo é o Programa Saúde na Escola (SILVA; LEAL, 2022). A Educação em Saúde (ES) é uma intervenção de saúde pública realizada no ambiente escolar visando à promoção de práticas para uma vida mais saudável. Dentre os vários aspectos trabalhados na ES está a alimentação. No que se refere à ES, Silva e Leal (2022) abordam o programa Saúde na Escola e falam da necessidade de formação continuada de professores a fim de trabalhar os temas relacionados. Pauletti e Santos (2022), por outro lado, afirmam que uma das dificuldades de se trabalhar ES no ambiente escolar advém da formação inicial dos professores, uma vez que durante seu processo de formação os professores tiveram uma abordagem em Saúde voltada somente para fatores anatômicos e fisiológicos. Gomes e Alves (2021) abordam a ES associada à alimentação, Marchesan, et al. (2022) associam ES, EAN e PCNs e Landinho e Talamoni (2021) falam de ES associada à interdisciplinaridade. Todos os artigos abordavam essa temática de forma sucinta.

O tema alimentação começa a ser implementado no ambiente escolar a partir da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (LANDINHO; TALAMONI, 2021). Os artigos que abordaram essa temática de forma breve foram os de Marchesan, et al. (2022), Santos et al. (2022) e Landinho e Talamoni (2021).

De acordo com Medeiros e Rotta (2021), a BNCC, por sua vez, apresenta propostas que abordem a alimentação a partir da educação infantil, visando à promoção de práticas alimentares mais saudáveis e conseqüente qualidade de vida. Isto a partir dos fundamentos da EAN. Pauletti e Santos (2022), por sua vez, também citam a BNCC, associada à ES, mas não associada diretamente à EAN. Em seu artigo os autores não abordam a EAN de forma direta, mas a alimentação adequada associada à ES. Santos et al. (2022) também associam à ES, mas ao contrário de Pauletti e Santos, associam a BNCC à EAN. Marchesan, et al. (2022) também cita a BNCC, destacando seu aspecto interdisciplinar. No texto de Silva e Leal (2022), que tem como foco os programas governamentais, é citado o Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC).

No que tange ao currículo e à EAN, o texto de Marchesan, et al. (2022) se destaca por abordar diretamente esta temática, realizando um estudo do currículo de uma escola,

descrevendo quais seriam as possíveis articulações com a temática de EAN. A articulação EAN-Currículo é de suma importância, sendo destacada em praticamente em todos os documentos que promovem a EAN. Medeiros e Rotta (2021) defendem que os temas alimentação e nutrição devem ser desenvolvidos de forma integrada com o currículo e com a comunidade escolar. A EAN não deve ser tratada como algo a ser trabalhado pontualmente, mas de forma ampla e perpassando todo o currículo escolar (CASTRO; LIMA; ARAUJO, 2021, LANDINHO; TALAMONI, 2021, MARCHESAN, et al., 2022)

Castro, Lima e Araujo (2021) corroboram com essa ideia de que a EAN deve ser tratada integradamente, de acordo com as concepções das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Almeida e Zwierewicz (2021) abordam a temática currículo, mas não associada à EAN. O texto cita educação alimentar somente de forma vaga. Santos et al. (2021) faz citação da temática do currículo, no contexto do PNAE, EAN, SAN e da transversalidade. Silva e Leal (2022) fala sobre o alinhamento dos currículos à BNCC.

Ainda sobre currículo, Santos et al. (2022) por sua vez tratam sobre as dificuldades da inserção da EAN nos currículos escolares, ressaltando que esta dificuldade está associada à formação do professor. Araya e Ciacch (2021) apresentam o currículo no contexto da criação da Lei Nº 13.666 de 16 de maio de 2018 que altera a LDB, para incluir a EAN junto aos demais temas que estão previstos, reforçando uma das diretrizes da Lei nº 11.947 que já previa a inclusão da EAN no processo de ensino aprendizagem perpassando o currículo. No que se refere à esta Lei nº 11.947, esta foi citada somente nos trabalhos de Castro, Lima e Araujo (2021) e Araya e Ciacch (2021). A Lei Nº 13.666, por sua vez, foi abordada de forma breve por Medeiros e Rotta (2021), Gomes e Alves (2021), Marchesan, et al. (2022), Silva e Leal (2022), Araya e Ciacch (2021) e Santos et al. (2022).

O Marco da EAN (2012) é até hoje um dos principais documentos que norteiam o desenvolvimento da EAN no ambiente escolar. Este foi citado somente por Castro, Lima e Araujo (2021) e Landinho e Talamoni (2021), Marchesan, et al. (2022), entretanto os conceitos e ideias que este importante documento permeiam os demais trabalhos selecionados por esta pesquisa. Esse documento apresenta o seguinte conceito de EAN:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais,

considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012, p. 23).

O conceito de EAN, proposto pelo Marco (2012), foi citado na íntegra ou de parafraseando nos trabalhos de Gomes e Alves (2021), Landinho e Talamoni (2021), Marchesan, et al. (2022) e Araya e Ciacch (2021). O Marco da EAN apresenta vários conceitos importantes para a melhor compreensão da EAN. Dentre eles se destaca a transdisciplinaridade e a transversalidade. A transdisciplinaridade, sendo mencionada por Piaget e difundida por Nicolescu, é definida como “aquilo que está entre as disciplinas, através e além delas” (ALMEIDA; ZWIER, p. 198). Visa uma mentalidade não fragmentada. Este termo foi citado por Castro, Lima e Araujo (2021), Almeida e Zwierewicz (2021), Santos et al. (2021), Marchesan, et al. (2022), Araya e Ciacch (2021).

Outros autores utilizam a ideia de interdisciplinaridade (SANTOS et al., 2021; LANDINHO; TALAMONI, 2021; MARCHESAN, et al., 2022; ARAYA; CIACCHI, 2021; SANTOS et al., 2022). Landinho e Talamoni (2021), que tem como assunto central as práticas interdisciplinares em EAN, destacam em seu trabalho as dificuldades enfrentadas pelos professores na implementação da interdisciplinaridade, apesar de fazer parte tanto do vocabulário dos professores quanto dos documentos norteadores na área da educação. Dos problemas elencados, pode-se destacar a falta de tempo dos professores para se reunir, a falta de conhecimento dos conteúdos que são trabalhados em outras disciplinas, além do desinteresse e indisciplina dos alunos. Seja a ideia de transdisciplinaridade ou interdisciplinaridade, apesar das diferenças conceituais, o que se busca em ambas é a não fragmentação do conhecimento e da realidade.

De acordo com a alteração feita pela LDB pela Lei Nº 13.666, a EAN deve ser trabalhada de forma transversal, perpassando o currículo escolar (BRASIL, 2018a). A transversalidade foi citada nos trabalhos de Medeiros e Rotta (2021), Santos et al. (2021), Landinho e Talamoni (2021), Marchesan, et al. (2022), Araya e Ciacch (2021), Reis e Souza (2021) e Santos et al. (2022).

O professor é considerado como um dos principais atores que promovem uma alimentação saudável no ambiente escolar, pois as crianças e adolescentes os têm como referência, espelhando-se em seus hábitos e comportamentos dentro da escola. Além disso são os professores que realizam as principais ações de EAN na escola (MARCHESAN, et al., 2022, LANDINHO; TALAMONI, 2021, MEDEIROS; ROTTA, 2021, CASTRO; LIMA; ARAUJO, 2021). Entretanto, os professores apresentam suas dificuldades para desenvolver a temática de

alimentação, apontando como principais problemas a “ausência dessa temática na formação inicial ou continuada e falta de recursos didáticos, escassez de tempo para trabalhar com a temática de alimentação e nutrição” (LANDINHO; TALAMONI, 202, p. 3193). Pauletti e Santos (2022) corroboram com a ideia de que a formação inicial dos professores não é suficiente para capacitá-los a trabalhar essa temática em sala de aula. Santos et al. (2022) afirma em seu trabalho que os professores não se sentem confortáveis para trabalhar o tema alimentação em sua amplitude.

Cada vez mais são exigidas dos professores habilidades em diversos campos de conhecimento, dentre eles o da saúde, entretanto estes não são capacitados para essa finalidade (SANTOS et al., 2022). De acordo com Medeiros e Rotta (2021) os professores necessitam ter o conhecimento necessário para desenvolver os conteúdos adequadamente.

Devido às dificuldades apresentadas pelos professores na sua formação inicial, as formações continuadas são de grande importância na formação de um profissional capaz de desenvolver estratégias e ações de EAN no ambiente escolar. Através delas os professores são atualizados e se tornam mais capazes e seguros para trabalhar a EAN em suas aulas (SANTOS et al., 2022, CASTRO; LIMA; ARAUJO, 2021). Os textos de Castro, Lima e Araujo (2021), Pauletti e Santos (2022), Marchesan, et al. (2022), Araya e Ciacch (2021), Santos et al. (2022) falam especificamente de formações continuadas em EAN, seja de forma breve ou mais aprofundada.

Os textos de Medeiros e Rotta (2021), Gomes e Alves (2021), Castro, Lima e Araujo (2021), Almeida e Zwierewicz (2021), Santos et al. (2021), Landinho e Talamoni (2021), Pauletti e Santos (2022), Silva e Leal (2022) falam de formação continuada, seja de programas, seja da importância, seja da necessidade. Santos et al. (2021) cita especificamente os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar, importantes parceiros na formação em EAN formados a partir da associação entre Universidades Federais e o FNDE. No que tange à formação permanente, Gomes e Alves (2021), Santos et al. (2021), Landinho e Talamoni (2021), Araya e Ciacch (2021) e Santos et al. (2022) abordaram essa temática de alguma forma.

Em relação aos resultados das formações continuadas, Almeida e Zwierewicz (2021) relataram que nos últimos dois anos oito professores participaram de formações continuadas e ao serem questionados sobre os conhecimentos apreendidos nas formações, três disseram que eventualmente utilizavam esses conhecimentos em sala de aula e quatro professores afirmaram que utilizavam sempre. Apesar destas formações não serem específicas em EAN, esses dados são importantes para compreender o impacto das formações continuadas na prática profissional e sua contribuição no desenvolvimento de ações e estratégias de EAN.

Outro resultado importante em relação à formação continuada foi do trabalho de Santos et al. (2022). Neste estudo puderam perceber que os professores de Ciências que participaram de cursos de formação continuada “revelaram lacunas nas concepções dos docentes sobre os temas que envolvem a alimentação” (SANTOS et al., 2022, p. 62).

Marchesan, et al. (2022), em seu artigo, afirmaram que a formação realizada foi de grande importância, possibilitando a ampliação da compreensão do significado de alimentar-se na escola, sendo um pontapé inicial para o desenvolvimento das demais ações de EAN realizadas no ambiente escolar. Outro dado significativo do trabalho de Marchesan, et al. (2022) é a percepção de que é possível articular EAN e currículo, sendo necessário para isso um trabalho conjunto de todos atores sociais envolvidos na alimentação escolar.

A percepção de que alimentar-se é um ato que vai além do ato de comer ou ingerir nutrientes, mas é um ato social e cultural, marcado por aspectos afetivos e históricos, esteve presente nos trabalhos de Landinho e Talamoni (2021), Pauletti e Santos (2022), Marchesan, et al. (2022), Araya e Ciacch (2021). A compreensão da importância da alimentação na escola, enxergando a escola como um ambiente promotor de uma alimentação mais saudável, foi percebida no artigo de Marchesan, et al. (2022), que também pontuou sobre a afetividade e memórias relacionadas à alimentação escolar.

Sobre as formas de se trabalhar a EAN, um dos principais nomes citados foi o de Paulo Freire, visando uma educação problematizadora, fundamentada na dialogicidade, buscando a democratização do conhecimento, a participação de toda a comunidade escolar, a valorização da cultura popular, objetivando a formação de sujeitos críticos e autônomos (GOMES; ALVES, 2021, SANTOS et al., 2021, PAULETTI; SANTOS, 2022, ARAYA; CIACCHI, 2021, REIS; SOUZA, 2021, SANTOS et al., 2022).

Diante dos textos analisados, pode-se perceber que a formação em EAN está ligada a uma gama de outros temas, como mostra o Quadro 5 e a discussão, formando uma teia ampla e diversificada. Através de uma visão holística do que é a EAN e como esta se dá, os professores poderão desenvolver de forma significativa de ações em EAN na escola, se tornando promotores efetivos de práticas alimentares mais saudáveis em seu ambiente de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados analisados nesta revisão bibliográfica, pode-se perceber a importância da Educação Alimentar e Nutricional e o impacto da formação continuada e permanente de professores em EAN na promoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar. Observou-se que para o desenvolvimento adequado das ações relativas a essa temática, faz-se necessário que o professor adquira um conhecimento mais amplo a respeito do que é a EAN, seus princípios, os programas, leis e documentos que regem suas práticas, bem como perceba a importância de não desenvolver essas ações de forma pontual, mas que esta temática deve ser desenvolvida de maneira transversal, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional.

Os resultados relativos ao professor, formação continuada e permanente demonstram que os docentes apresentam dificuldades no desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional pois não se sentem confortáveis para tratar o tema alimentação em toda sua extensão e isso se dá devido às lacunas existentes em sua formação inicial. Os dados levantados indicam que as formações continuadas e permanentes contribuíram para a formação de professores com uma visão mais holística sobre essa temática e impactaram positivamente em sua prática docente. Apesar da Educação Alimentar e Nutricional e a formação continuada e permanente serem temáticas presentes nos artigos, essa não foi a abordagem principal na maioria deles. A partir da análise dos textos pode-se concluir que a formação em EAN deve ser algo mais presente tanto na formação inicial como nas formações continuadas e permanentes e esta temática deve ser mais discutida, devido ao seu impacto na formação de hábitos alimentares das crianças e adolescentes.

Um fato relevante constatado nos artigos que faziam referência à formações continuadas foi a formação continuada direcionada à professores de Ciências, podendo indicar uma visão equivocada na identificação de que somente alguns professores deveriam trabalhar a EAN em sala de aula. A Educação Alimentar e Nutricional deve estar presente seja na aula de matemática, ao utilizar frutas ao invés de doces, ou em aulas de história e geografia, abordando fatores culturais e regionais da alimentação. Deve ser desenvolvida desde a educação infantil até o ensino médio, não de forma pontual, mas numa abordagem transdisciplinar e transversal.

Dessa forma, o presente trabalho pode problematizar sobre a formação de professores em EAN e ressaltar a influência e impacto que os docentes desempenham na formação dos hábitos alimentares dos escolares, destacando a contribuição da formação continuada para a promoção de práticas alimentares mais saudáveis na escola.

No que tange à contribuição deste trabalho para o curso de Pedagogia, este estudo pode chamar a atenção para a necessidade de se discutir a existência da EAN, seus conceitos, diretrizes e legislações associadas no curso de formação inicial em Pedagogia e ressaltar a importância da formação continuada e permanente para a formação mais aprofundada nessa temática. Este tipo de discussão poderá proporcionar aos futuros pedagogos uma compreensão mais ampla sobre o impacto que as ações de Educação Alimentar e Nutricional podem ter no desenvolvimento de hábitos mais saudáveis de seus alunos, sejam da educação infantil ou dos anos iniciais. Tendo em vista que os hábitos alimentares desenvolvidos na infância terão influência significativa em sua prática alimentar na fase adulta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aline Lima da Rocha; ZWIEREWICZ, Marlene. **Implicações do Programa de Formação-Ação em Escolas Criativas na prática pedagógica de uma escola do campo.** Interações: Campo Grande, v. 22, p. 195-210, 2021.
- ARAYA, Juan Francisco Bacigalupo; CIACCHI, Erika Marafon Rodrigues. **Educa-san: ações formativas em segurança alimentar e nutricional a partir de estratégias virtuais com agentes da comunidade escolar.** Revista Faz Ciência: Paraná, v. 23, n. 37, p. 125-146, 2021.
- BEZERRA, K. F; CAPUCHINHO, L.C.F.M; PINHO, L. **Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental.** Rio de Janeiro: Demetra, v.10(1), p. 119-131, 2015.
- BEZERRA, J. A. B. **Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes.** Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. [internet]. [acesso em 21 de dez 2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso: 11 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar / Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. (**Série A. Normas e Manuais Técnicos**) (**Cadernos de Atenção Básica, n. 23**). Disponível em: Persp. Online: hum & sociais aplicada., Campos dos Goytacazes, 27 (10) 46-62-2020 seer.perspectivasonline.com.br 61 http://dms.ufpel.edu.br/ares/bitstream/handle/123456789/61/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **4ª Conferência de Segurança alimentar e Nutricional: direito humano à alimentação adequada.** Salvador-BA: 2011. Folder.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/dez_passos_alimentacao_adequada_saudavel_dobrado.pdf. Folder.

BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **PNAE: histórico**. BRASÍLIA-DF: 2017a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnaesobreprograma/pnaehistorico#:~:text=O%20Programa%20tem%20sua%20origem,por%20indisponibilidade%20de%20recursos%20financeiros>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa de referência mundial na alimentação escolar completa 62 anos**. BRASÍLIA-DF: 2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/46891-pnae-62-anos#:~:text=Origem%20E2%80%9420Criado%20com%20o%20nome,alimentar%20e%20nutricional%20do%20Brasil>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017c.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília: Presidência da República, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Alimentar e Nutricional Articulação de Saberes. Brasília: FNDE, 2018b.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019a. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2019b.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF. **Comer bem e melhor: dicas para promover Alimentação saudável Entre crianças E adolescentes**. Brasília, UNICEF-Brasil, 2019c.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Nota técnica Nº 2810740/2022**. Dispõe sobre Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e->

[programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf](https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-08/o-professor.pdf)>
Acesso em: 03 agos 2022.

CARVALHO, Daniela Gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: Políticas Públicas e Instrumentos de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2009.

FREIRE, P. **Política e educação**. Indaiatuba: Villa das Letras Editora, 1993.

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2018). **O professor na promoção de hábitos alimentares saudáveis**. São Paulo: Fundação Abrinq. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-08/o-professor.pdf>.

GOMES, Jeedir Rodrigues de Jesus. **Revisão da Literatura sobre Aprendizagem de Professores em Hortas Escolares**. Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76612>>. Acesso em: 15/12/2022.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Trad. Silvana C. Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LANDINHO, Flávia Martho; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. **Percepções de professores do ensino fundamental II sobre os desafios para a realização de práticas interdisciplinares em educação alimentar e nutricional (ean)**. Tecné, Episteme y Didaxis TED: Bogotá, p. 3193-3199, 2021.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.

MARCHESAN, Claudia et al. **Educação Alimentar e Nutricional: Uma temática articulada ao Currículo Escolar**. Educação, Ciência e Cultura: Rio Grande do Sul, v. 27, n. 1, 2022.
MEDEIROS, Luciana Pires et al. **As perspectivas de abordagem da alimentação saudável na educação em ciências: uma revisão bibliográfica**. VII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81414>>. Acesso em: 15/12/2022 14:40.

MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Arlete Ramos. **Educação e práticas agroecológicas: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco (APAB), Riacho de Santana, Bahia**. Revista de Educação Popular: Uberlândia, MG, v. 20, n. 2, p. 320–332, 2021.

PAULETTI, Eloisa da Silva; SANTOS, Eliane Gonçalves dos. **Cinema na formação de professores: práticas e discussões sobre saúde**. Revista Pedagógica: Santa Catarina, v. 24, p. 1-26, 2022.

PICCOLI, L.; CORRÊA, E. N. **O ensino da educação nutricional em escolas municipais rurais de um município do oeste de Santa Catarina**. Journal of Chemical Information and Modeling, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

REIS, Mariana Eloy dos; SOUZA, Heron Ferreira. **Tencionamentos e pistas às práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica a partir das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional**. Research, Society and Development: São Paulo, v. 11, n. 10, 2022.

SANTOS, Priscila Sousa Oliveira dos et al. **Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre educação alimentar e nutricional**. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde: Rio de Janeiro, v. 16, p. 51296, 2021.

SANTOS, L. A. da S. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Revista de Nutrição, v. 18, n. 5, p. 681–692, 2005a.

SANTOS, C.R.A. **Alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa**. História: Questões e Debates: Curitiba, v.42, n.1, p.11-31, jan/jun 2005b.

SANTOS, C. R. A. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, Georgianna Silva et al. **Atividades investigativas em um contexto de formação docente**. Revista Arquivos Científicos (IMMES): Macapá, v. 5, n. 1, p. 62-75, 2022.

SAUL, A. M. **Formação permanente de educadores na cidade de São Paulo**. Revista da associação nacional de educação, São Paulo, v. 12, n. 19, p. 63-68, 1993.

SILVA, Carla Luana da; LEAL, Rogério Gesta. **Os programas constituidores da política pública educacional voltados à educação básica**. Revista de Investigações Constitucionais, v. 9, p. 423-450, 2022.

SILVA, L.F. **A inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo escolar: elucidações sobre a Lei 13.666/2018**. Revista Eixo, Brasília-DF, v. 11, n. 2, maio-agosto de 2022.

VASCONCELOS, Francisco De Assis Guedes De. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005

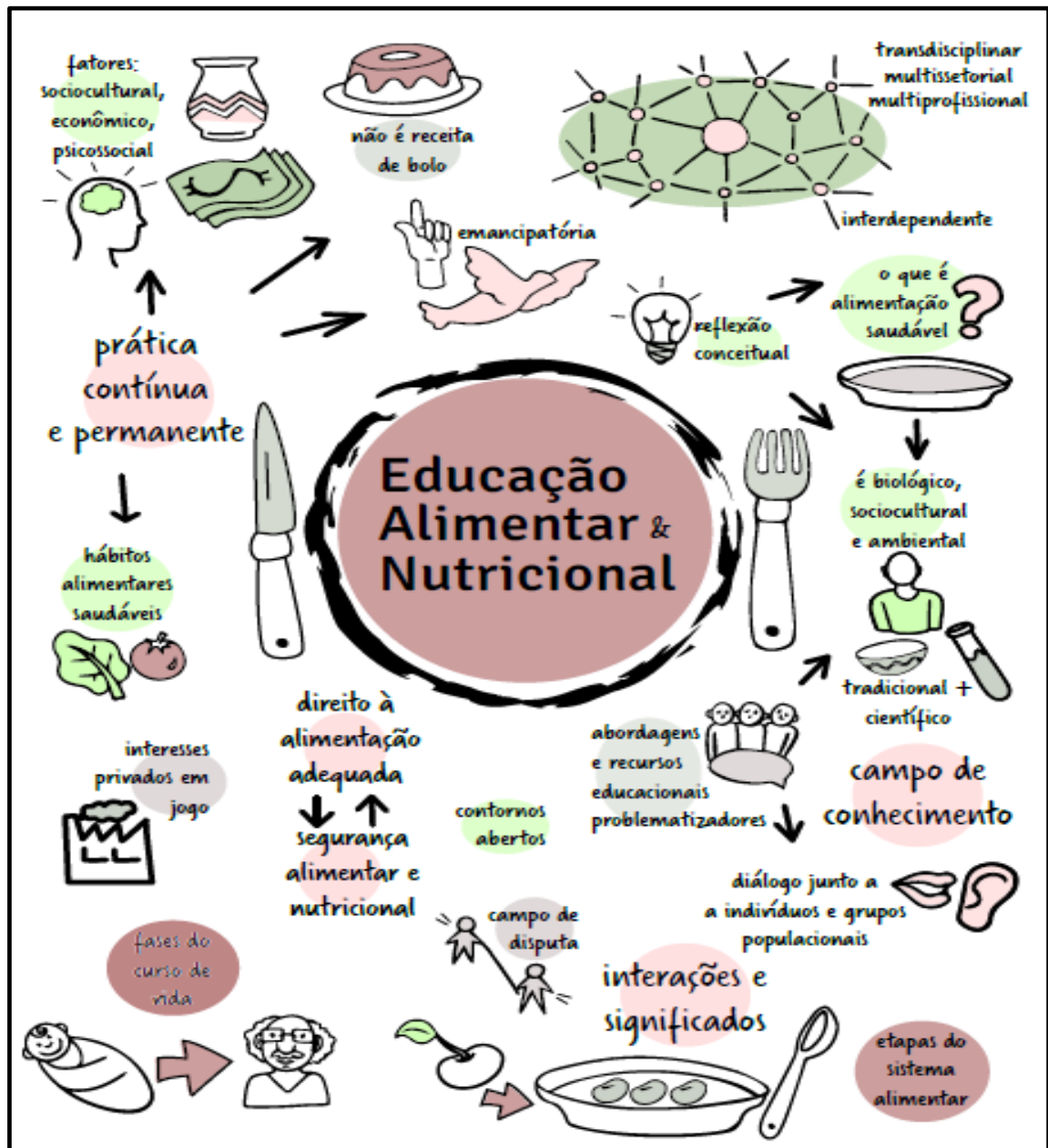
ANEXOS

FIGURA 1 – Linha do tempo da EAN



Fonte: Brasil (2012, p. 58, 59).

Figura 2: Representações acerca da conceituação de Educação Alimentar e Nutricional



Fonte: Brasil (2018b, p.13).

FIGURA 3 - Dez passos para uma alimentação saudável e adequada



DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

1. FAZER DE ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS A BASE DA ALIMENTAÇÃO

Em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, alimentos *in natura* ou minimamente processados são a base ideal para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável. Variedade significa alimentos de todos os tipos - grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas, castanhas, leite, ovos e carnes - e variedade dentro de cada tipo - feijão, arroz, milho, beteta, mandioca, tomate, abóbora, laranja, banana, frango, peixes etc.

2. UTILIZAR ÓLEOS, GORDURAS, SAL E AÇÚCAR EM PEQUENAS QUANTIDADES AO TEMPERAR E COZINHAR ALIMENTOS E CRIAR PREPARAÇÕES CULINÁRIAS

Utilizados com moderação em preparações culinárias com base em alimentos *in natura* ou minimamente processados, óleos, gorduras, sal e açúcar contribuem para diversificar e tornar mais saborosa a alimentação sem torná-la nutricionalmente desbalanceada.

3. LIMITAR O CONSUMO DE ALIMENTOS PROCESSADOS

Os ingredientes e métodos usados na fabricação de alimentos processados - como conservas de legumes, compota de frutas, pães e queijos - alteram de modo desfavorável a composição nutricional dos alimentos dos quais derivam. Em pequenas quantidades, podem ser consumidos como ingredientes de preparações culinárias ou parte de refeições baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados.

4. EVITAR O CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS

Devido a seus ingredientes, alimentos ultraprocessados - como biscoitos recheados, "salgadinhos de pacote", refrigerantes e "macarrão instantâneo" - são nutricionalmente desbalanceados. Por conta de sua formulação e apresentação, tendem a ser consumidos em excesso e a substituir alimentos *in natura* ou minimamente processados. Suas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo afetam de modo desfavorável a cultura, a vida social e o meio ambiente.

5. COMER COM REGULARIDADE E ATENÇÃO, EM AMBIENTES APROPRIADOS E, SEMPRE QUE POSSÍVEL, COM COMPANHIA

Procure fazer suas refeições em horários semelhantes todos os dias e evite "beliscar" nos intervalos entre as refeições. Coma sempre devagar e desfrute o que está comendo, sem se envolver em outra atividade. Procure comer em locais limpos, confortáveis e tranquilos e onde não haja estímulos para o consumo de quantidades limitadas de alimento. Sempre que possível, coma em companhia, com familiares,

amigos ou colegas de trabalho ou escola. A companhia nas refeições favorece o comer com regularidade e atenção, combine com ambientes apropriados e amplia o desfrute da alimentação. Compartilhe também as atividades domésticas que antecedem ou sucedem o consumo das refeições.

6. FAZER COMPRAS EM LOCAIS QUE OFERTEM VARIEDADES DE ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS

Procure fazer compras de alimentos em mercados, feiras livres e feiras de produtores e outros locais que comercializam variedades de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Prefira legumes, verduras e frutas da estação e cultivados localmente. Sempre que possível, adquira alimentos orgânicos e de base agroecológica, de preferência diretamente dos produtores.

7. DESENVOLVER, EXERCITAR E PARTILHAR HABILIDADES CULINÁRIAS

Se você tem habilidades culinárias, procure desenvolvê-las e partilhá-las, principalmente com crianças e jovens, sem distinção de gênero. Se você não tem habilidades culinárias - e isso vale para homens e mulheres -, procure adquiri-las. Para isso, converse com as pessoas que sabem cozinhar, peça receitas a familiares, amigos e colegas, leia livros, consulte a internet, eventualmente faça cursos e... comece a cozinhar!

8. PLANEJAR O USO DO TEMPO PARA DAR À ALIMENTAÇÃO O ESPAÇO QUE ELA MERECE

Planeje as compras de alimentos, organize a despensa doméstica e defina com antecedência o cardápio da semana. Divida com os membros de sua família a responsabilidade por todas as atividades domésticas relacionadas ao preparo de refeições. Faça da preparação de refeições e do ato de comer momentos privilegiados de convivência e prazer. Reavalie como você tem usado o seu tempo e identifique quais atividades poderiam ceder espaço para a alimentação.

9. DAR PREFERÊNCIA, QUANDO FORA DE CASA, A LOCAIS QUE SERVEM REFEIÇÕES FEITAS NA HORA

No dia a dia, procure locais que servem refeições feitas na hora e a preço justo. Restaurantes de "comida a quilo" podem ser boas opções, assim como refeitórios que servem "comida caseira" em escolas ou no local de trabalho. Evite redes de fast-food.

10. SER CRÍTICO QUANTO A INFORMAÇÕES, ORIENTAÇÕES E MENSAGENS SOBRE ALIMENTAÇÃO VEICULADAS EM PROPAGANDAS COMERCIAIS

Lembre-se de que a função essencial da publicidade é aumentar a venda de produtos, e não informar ou, menos ainda, educar as pessoas. Avalie com crítica o que você lê, vê e ouve sobre alimentação em propagandas comerciais e estimule outras pessoas, particularmente crianças e jovens, a fazerem o mesmo.

CONHEÇA A VERSÃO COMPLETA DO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA
https://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

Fonte: Brasil (2014b, p. 1).

FIGURA 4 – Definições dos tipos de alimentos



Fonte: Brasil (2014b, p. 2).